



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1008314-10.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Marilda Tacelli**
 Requerido: **Trevo Veículos e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Cuida-se de ação de reparação de danos materiais c/c com danos morais que teria suportado à autora em relação a compra de veículos junto aos réus.

O réu "Cunha Pereira Comércio e Serviços Ltda Me" não foi citado, pelo que houve a desistência da ação em relação ao mesmo. (fl.64)

O réu "Trevo Veículos" é revel.

Citado regularmente, na pessoa do seu representante legal (fl. 29), ele não compareceu à audiência designada e tampouco ofertou contestação.

Presumem-se por isso verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

De outra parte, os documentos que instruíram a inicial respaldam satisfatoriamente a versão da autora, denotando que efetivamente houve a negociação dos veículos em apreço, bem como os desdobramentos do fatos que se sucederam.

Dessa forma, é de rigor o acolhimento da pretensão deduzida inclusive quanto ao pedido para condenação do réu ao pagamento de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

indenização por danos morais à autora.

Ele ao menos no caso dos autos demonstrou total desorganização e desrespeito para com a autora, não lhe fornecendo o tratamento que seria pertinente.

Como se não bastasse, sequer compareceu aos autos para deduzir um só argumento que militasse em seu favor.

Quanto ao montante da indenização, o pedido exordial transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que regulamente o assunto, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela autora em seis mil reais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para:

a) julgar extinto o feito sem julgamento de mérito em relação ao réu "**Cunha Pereira Comércio e Serviços Ltda Me**", cum fundamento no art. 485, VIII do Código de Processo Civil, anotando-se.

b) condenar o réu Trevo Veículos a pagar à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação;

c) condenar o réu Trevo Veículos a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir da propositura da ação, e juros de mora, contados da citação;

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se

São Carlos, 17 de março de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA